PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. Vera Chaia (PUC-SP), por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO

Argelina Cheibub Figueiredo é uma das mais destacadas e inovadoras cientistas políticas brasileiras. Suas pesquisas, guiadas por um entendimento fino das relações entre teoria e empiria na construção de explicações científicas, renovaram o entendimento das relações entre instituições políticas e sociedade e entre as instituições política entre si, tendo sido fundamentais para o desenvolvimento e consolidação da Ciência Política brasileira. Sua tese sobre o golpe de 1964 é um momento fundamental das discussões brasileiras sobre o próprio golpe e do início de uma compreensão científica politológica da realidade política pelas Ciências Sociais brasileiras. Suas pesquisas pioneiras na área de estudos legislativos, em parceria com Fernando Limongi, revolucionaram o entendimento da governabilidade e do presidencialismo de coalizão brasileiros não apenas no país, mas por cientistas políticos de todo o mundo. Se o sentido da ciência é a inovação, Argelina o exerce com constância e excelência e seus trabalhos entraram para o cânone de nossas Ciências Sociais.

Auto-apresentação

ARGELINA FIGUEIREDO

Nasci em Bom Jesus do Itabapoana, uma pequena cidade do norte fluminense. Por causa de meu avô, vivi a política desde muito cedo. Com menos de sete anos participei de comícios, no palanque, ao lado dos políticos. Conheci pessoalmente governadores do estado do Rio na casa do meu avô. Na minha juventude participei de atividades políticas, mas não de liderança. Nunca tive vocação para a política, e sim para estudar a política. O curso de Ciências Sociais da UFF me deu os instrumentos para fazer isso. Segui com o mestrado na USP e o doutorado na Universidade de Chicago. Nessas três escolas tive grandes professores e orientadores com os quais formei as bases para seguir a minha carreira.

Minha vida profissional começou na UFF, uma experiência de curta duração interrompida com minha ida para Chicago. Na volta, ingressei na Unicamp onde de fato construí a minha carreira profissional. Paralelamente, me associei como pesquisadora ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, NEPP, e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP. Nos anos 2000 vim para o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, IUPERJ, e hoje continuo a todo vapor no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, IESP-UERJ.

Desenvolvi atividades de pesquisa em todas essas instituições coordenando projetos de grupo e de intensa interação com os alunos em todas as etapas da pesquisa. Com isso, creio ter desempenhado um papel importante na formação dos estudantes de graduação e pós graduação. Nas minhas pesquisas contei com o apoio, alguns de grande monta, das agências financiadoras, federais, estaduais e internacionais. Tive bolsa da FAPESP para o mestrado, fui contemplada também com os primeiros editais da mesma agência para um Projeto Temático e para a criação de um Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID). Obtive também o financiamento para um segundo Projeto Temático, ao qual ainda estou associada. Tive bolsa do CNPq para fazer o doutorado e, depois, quase ininterruptamente, a bolsa de Produtividade. Atualmente tenho a bolsa Cientista do Nosso Estado e aprovação, também do primeiro edital, de um Projeto Temático da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, FAPERJ.

Com trabalho árduo e o apoio institucional e financeiro que obtive ao longo da minha carreira, creio ter contribuído, por meio da minha produção acadêmica e das minhas atividades docentes, nas quais incluo a formação em pesquisa, para o desenvolvimento institucional da Ciência Política no Brasil.

Entrevista

SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO: *Bom, hoje é dia 28 de novembro de 2018, projeto da ABCP de entrevistas com mulheres pioneiras da Ciência Política no Brasil. Em primeiro lugar, nós gostaríamos de saber, brevemente, sobre a sua trajetória profissional, a sua formação e as suas filiações institucionais.*

ARGELINA FIGUEIREDO: Eu fiz graduação na UFF [Universidade Federal Fluminense], terminei em 1970, e em 1971 já estava fazendo o mestrado – o que não era uma coisa muito comum na minha época. E, também, assim que terminei o meu mestrado na USP [Universidade de São Paulo], sob a orientação do Leôncio Martins Rodrigues, comecei o doutorado, que foi em 1976. A rigor, terminei o mestrado em 1975, a dissertação estava pronta, mas, como estava esperando a minha primeira filha, não pude fazer a qualificação. Somente em junho do ano seguinte consegui obter o meu título para fazer o doutorado, que iniciei em Chicago no ano de 1976. Em 1979, quando saí de lá, já estava com todos os créditos concluídos, todos os exames feitos e o tema de tese aprovado. Voltamos para o Brasil eu, meu marido e a minha filha – que foi com seis meses e voltou com quase quatro anos. Uma das razões para termos voltado sem terminar a tese é que queríamos ter um segundo filho. Assim, no ano seguinte ao que voltamos, nasceu a minha segunda filha e, dois anos depois, fiz concurso e comecei a trabalhar na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]. Lá, além de ser professora no departamento de Ciência Política, me integrei ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas [Nepp]. Comecei a dar aula e fazer pesquisas na área de políticas públicas, que era uma área em que já tinha trabalhado, mas muito tangencialmente, antes, no doutorado.

SRA: *Resposta muito prática, posso torná-la menos prática? Por que a UFF?*

AF: Eu morava em Niterói, era natural que fizesse vestibular na UFF. Também me passou pela cabeça fazer vestibular na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], ou na PUC [Pontifícia Universidade Católica], mas havia outra razão para a qual, na época do vestibular, eu não estava atenta: o departamento de Ciências Sociais da UFF era o melhor da área do Rio de Janeiro; o da UFRJ tinha sofrido muitas baixas com aposentadorias compulsórias e saídas de professores, inclusive alguns foram para a UFF. A minha formação em Ciências Sociais foi muito boa, tive excelentes professores de Sociologia e Antropologia, além de Política. Destaco o Castro Faria, que era um decano da área de Antropologia no Museu Nacional e foi um excelente professor; a professora de Sociologia e Política Stella Maria da Silva, que estava fazendo mestrado na USP e me incentivou a fazer lá; e o Chico Ferraz, também fazendo mestrado na USP. Havia muitos outros excelentes professores, mas esses foram os mais importantes. Nós tínhamos uma relação muito amigável com os professores. Na verdade, nem só amigável, era de amizade mesmo, sou amiga de alguns até hoje. Nós tínhamos aulas fora do horário, éramos muito engajados política e intelectualmente, éramos uma turma. Estou falando que era uma turma porque, de fato, a minha turma da faculdade foi a última que teve antes da reforma que transformou em sistema de créditos. Então, todos nós, professores e colegas, passamos os quatro anos juntos, fomos muito amigos, muito colaboradores intelectualmente.

SRA: *E por que Ciências Sociais?*

AF: Pois é, Ciências Sociais. Fiz o curso Normal e tinha aula de Sociologia e de Filosofia e eu gostava das cadeiras. Gostava de História também. Na verdade, gostava desde o primário, porque tive uma

professora incrível. Ela não era só professora de História, porque, no primário, era uma professora por turma, mas dava ênfase em História. Por exemplo, estudávamos o que se chamava "Inconfidência Mineira" – hoje já não se chama mais assim –, nós líamos todas as poesias dos principais militantes do movimento de independência. Essa experiência, vamos dizer assim, me motivou para as Ciências Sociais.

SRA: *E por que, dentre as Ciências Sociais, a Ciência Política?*

AF: Fui sendo direcionada para a Ciência Política aos poucos e a partir dos temas pelos quais fui me interessando. Na faculdade, meus melhores professores eram de Sociologia e Antropologia, com exceção do Chico Ferraz que era de Política. Mas os de Sociologia tinham um viés de Sociologia Política. Quando fui fazer o mestrado na USP, não tinha Ciência Política na Pós-Graduação, por isso me inscrevi na Sociologia, mas procurei um orientador mais próximo da área possível. O Cientista Político do programa era o Weffort, mas não estava aceitando mais orientandos quando fui fazer minha inscrição. Na USP, a exigência de cursos no mestrado era pequena: apenas quatro. E só fiz apenas um curso de política *stricto senso,* os demais foram de Sociologia e Antropologia. Quando fui fazer a dissertação, escolhi um tema na área de Ciência Política, a política sindical dos governos militares, combinando com a especialidade do meu orientador, Leôncio Martins Rodrigues. Outro fator que me influenciou na escolha da Ciência Política é que, durante a graduação, trabalhei muito em pesquisas no Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro]. Tinha contato com o Amaury de Souza, já tinha assistido algumas aulas do Wanderley Guilherme e o Iuperj tinha uma área de política muito forte – me identificava com isso. Mas a minha formação em política ainda ficava a desejar por causa do mestrado muito pouco voltado para a área. No doutorado em Chicago foi, de fato, onde obtive uma formação mais sólida em Ciência Política.

SRA: *E como você construiu o interesse pelo seu objeto específico do mestrado? Me refiro a sua pesquisa sobre sindicalismo. Como foi que isso surgiu?*

AF: Na verdade, tinha um interesse por sindicalismo, mas a minha pesquisa era muito mais voltada para política dos governos em relação aos sindicatos. Tratava tanto da política repressiva, por meio da intervenção nos sindicatos mais atuantes politicamente, como da política de cooptação – que é um viés de Ciência Política.

SRA: *E o quanto isso foi consciente durante o processo, esse caminho cada vez mais para esse tipo de recorte do mundo?*

AF: Muito engraçado, não me lembro de uma decisão, de uma escolha muito direcionada, racional no sentido de que queria especificamente essa área disciplinar. Não vejo uma escolha, vejo caminhos que fui seguindo e que me levaram a um foco político na análise dos fenômenos sociais. O tema da dissertação de mestrado foi muito engraçado. Estava até falando outro dia para minha orientanda sobre como você define um tema para escrever uma dissertação quando é muito nova, fez poucos cursos, como eu era naquela época, tinha 23 anos. Me lembro que eu e o Marcus (meu marido) ficávamos conversando e falando "e se eu faço isso, e se eu faço aquilo" até chegar no tema específico, que tinha a ver com sindicalismo, mas também tinha a ver com o interesse no entendimento dos governos militares. Mas a definição do seu objeto de estudo é muito pessoal, como você pensa. A meninada hoje que está hoje no mestrado é muito jovem. Eu tive um pouco esse problema. O que já foi diferente na definição do tema da tese de doutorado.

SRA: *Como foi a trajetória dessa construção e definição do tema da tese?*

AF: Quando fui para Chicago, tinha que cumprir nove cursos por ano. Como reconheceram a minha dissertação de mestrado, fui isenta – porque seriam 27 cursos ao todo, era muito tempo, muito peso em aula, em curso, apesar de esses cursos serem trimestrais. Nos dois primeiros anos que fiquei lá, me concentrei nos cursos. Estudei muito, fiz muito curso. Fiz mais do que os 18 requeridos, fiz 23 ao todo, porque havia muitos professores excelentes, tinha que aproveitar. No terceiro ano, já precisava fazer os exames para me qualificar. Tive que dedicar uma parte do tempo para fazer um *paper* de pesquisa e um *paper* teórico que eram os requisitos de área. Considerando que meu trabalho de tese na dissertação de mestrado era sobre o Brasil, o que eles chamavam de política comparada, fiz um *paper* de pesquisa na área de *American Politics*. Eu falava que, para mim, este que seria na área de política comparada e, sobre o Brasil, seria *Brazilian Politics*. Fiz muitos cursos com o Adam Przeworski. Me interessava muito a questão de democracia, social democracia e reformas. Fizemos um curso, com duração de dois trimestres, sobre os problemas que governos de esquerda enfrentam em uma sociedade capitalista. Tratamos de vários países como o Chile, o Brasil, o primeiro governo trabalhista na Inglaterra, a Comuna de Paris no século XIX na França. Ou seja, estudamos experiências históricas para discutir os dilemas e obstáculos de governos progressistas e de esquerda, no capitalismo. Os governos Trabalhista, da Comuna, do Jango e do Allende expressam diferentes gradações ideológicas, constituem tipos diferentes de esquerda, mas de qualquer maneira enfrentaram problemas semelhantes. Nesse curso, podíamos fazer o trabalho em grupo e no meu grupo estava um grande amigo meu, o Michael Wallerstein, que foi um cientista político superimportante que, infelizmente, morreu. Ele trabalhou mais na parte econômica, publicou até um excelente artigo na Dados, e eu da esfera política, apenas para fazer uma divisão de trabalho. Defini meu projeto de tese a partir desse curso estudando exatamente a experiência do Jango. E vim para o Brasil. Antes de ir para os Estados Unidos, tinha feito um concurso para a UFF e estava dando aula lá. Dei aula por dois anos e pedi demissão para ir para os Estados Unidos, porque não tinha conseguido a bolsa que a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] dava para o programa que permitiria minha permanência no departamento. Depois, consegui uma bolsa do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Definido o tema da tese, voltei para o Brasil e estava sem trabalho. No início da década de 1980, já tinha ficado menos fácil entrar no mercado de trabalho do que quando sai. Por isso, pedi um financiamento da Fundação Ford para fazer a minha pesquisa. Nesse ano, fiquei cuidando das minhas filhas, a que tinha nascido e a outra que já tinha cinco anos, e trabalhando nesse projeto da Ford para a minha tese. Mas trabalhei principalmente no levantamento de dados. Isso foi em 1981, em 1982 eu já estava me preparando para ir à Unicamp, estudando para fazer concurso, trabalhando em outras pesquisas para ganhar dinheiro, enfim... Quando fui para a Unicamp, me afastei totalmente do tema da tese e comecei a trabalhar com Políticas Públicas. Eu tinha que preparar cursos, cuidar das crianças, o Marcus trabalhava em São Paulo e eu tinha que ir para Campinas, pois nunca morei lá. Apesar das dificuldades, não mudei o tema da tese, continuei nas horas vagas, posso assim dizer, lendo, levantando material, mas fazendo trabalhos em outra área. Por isso, demorei muito a terminar a tese. Voltei para o Brasil em 1980 e só retornei a Chicago para fazer a tese em 1986. Para isso, tirei uma licença na Unicamp e tive um complemento da Capes ao meu salário. Voltei com as duas meninas, uma de cinco e outra de dez anos. O Marcus não pôde ir, porque estava trabalhando no Idesp [Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo], um instituto de pesquisa sem fins lucrativos e, por isso, ele não podia deixar o trabalho com remuneração. Nessa época, era uma exigência do departamento de política de Chicago que se formasse a banca a partir de um projeto que, após o aceite dos membros da banca, fosse aprovado pelo departamento. A aprovação

do projeto pelo departamento era meio pró-forma, mas a banca de defesa tinha que ser a mesma. Costumo dizer que tive uma banca quatro estrelas. Participaram: o John Elster, o Philippe Schmitter, o Adam Przeworski, que era meu orientador, e o Guillermo O'Donnell. E o que aconteceu nesse ano que passei lá? O Adam Przeworski não gostava muito de burocracia e deixava todos os assuntos burocráticos, que não eram poucos, por minha conta. O Elster me ajudou nessa parte, vendo prazos das reuniões de departamentos nas quais o meu projeto poderia entrar na pauta etc. Ele ficava meio espantado de eu ter ido com duas filhas pequenas escrever a tese, mas aceitou bem o projeto. Depois de uma primeira conversa sobre o projeto, me pediu para escrever alguma coisa mais substantiva, porque não conhecia o Brasil e precisava de mais informações substantivas. Foi muito importante esse pedido, pois, a partir dele, defini o que iria fazer. Eu ainda não tinha escrito uma linha da tese e as pessoas falavam assim "como você vai começar a escrever a tese com duas crianças?". O próprio Elster, que é um norueguês em uma sociedade na qual as mulheres eram mais independentes e livres, falava "você não vai conseguir". O Adam Przeworski confiava que eu iria conseguir, mas disse: "Para você conseguir escrever no prazo, tem que comprar um computador". Isso foi em 1986, estava ainda no começo dos Pcs e os alunos ainda usavam salas coletivas. Disse que se eu fosse disputar lugar com colegas na sala de informática não conseguiria escrever. E ele tinha razão. Comprei um computador, levei para casa, mas era muito difícil. Estava de licença da Unicamp, tinha um ano para terminar e cada coisa que comprava ou tinha que fazer por causa da tese era um custo a mais, pensava: "eu tenho que acabar". E acabei conseguindo. Na época, as pessoas eram muito "neuras" com a tese, aliás, era assim no Brasil também, hoje em dia nem tanto. E tem uma coisa que eu falava, uma coisa que achava interessante, quando diziam que não ia conseguir escrever por causa das meninas, falava assim: "não, elas me ajudam, porque tenho 'obrigação' de cuidar delas", o que me permitia não trabalhar sem culpa e me dava prazer. Na minha cabeça, cuidar das meninas me livrava um pouco daquela atividade constante de ficar escrevendo e achava que isso me ajudava. E ainda acho que ajuda. Agora com as netas.

SRA: *Voltando... Estamos misturando algumas perguntas, mas é bom. Temos duas coisas aqui que só são separáveis analiticamente, mas são inseparáveis. A primeira é a sua formação, da sua agenda e dos seus modos de pensar e construir Ciência Política. A segunda são as formas como se relacionam com o fato de você ser mulher e ter uma série de especificidades. E, lembrando das coisas que sei sobre você, quero pegar alguns ganchos para voltarmos às meninas, e também para uma outra coisa que acho relevante. Quando você foi para Unicamp, como teve esse impulso? Como foi que...*

AF: Não, não, para a Unicamp não tive impulso algum. Foi um recrutamento da Maria Hermínia. Ela foi a primeira diretora do Nepp e conhecia tanto a minha dissertação de mestrado, quanto o artigo que tinha publicado na Dados sobre política social nos Estados Unidos.

SRA: *E ela já te conhecia da USP? Como ela te conhecia?*

AF: Não, ela não me conhecia da USP. Ela era professora da Unicamp há muito tempo. A Maria Hermínia conhecia o meu trabalho. Quando me telefonou, nunca a tinha encontrado. Foi um recrutamento, mas foi por conhecer meu trabalho – e eu conhecia o trabalho dela e gostava muito. Ela me telefonou me falando sobre o concurso aberto no departamento de Ciência Política e do Nepp. Eu disse que gostaria muito de ir para a Unicamp, mas que o Marcus tinha um emprego aqui no Rio e eu estava fazendo uns bicos, não sabia se daria para ir para São Paulo. No dia seguinte, passei no Iuperj para encontrar o Marcus para irmos para casa – estava vindo de um trabalho que estava fazendo –, e ele falou: "encosta na parede para você não cair". Fiquei preocupada, perguntei o que havia ocorrido e ele falou que o Bolívar havia ligado perguntando se ele não queria trabalhar no

Idesp. Ele disse: "Vamos?" Eu respondi: "Vamos". Foi simples assim, e comecei a estudar para o concurso. Passei, fui contratada e ele foi para o Idesp.

SRA: *Era isso mesmo que queria, sobre a Maria Hermínia e sobre a decisão conjunta de vocês dois irem. Mas, voltando um pouco mais, como você e o Marcus se conheceram e quando? Você estava na graduação ou já estava no mestrado?*

AF: Na graduação. O Marcus estava um ano atrás de mim, quando ele estava no terceiro, eu estava no quarto. Mas nos conhecemos desde quando ele estava no primeiro ano. Éramos amigos, mas não tínhamos nenhuma relação afetiva, pelo contrário, eu conhecia as namoradas dele etc. Começamos a namorar depois que fui para São Paulo, em setembro de 1971, e nos casamos em janeiro do ano seguinte.

SRA: *A sua primeira filha nasceu quando?*

AF: Ela nasceu quando estava terminando a dissertação de mestrado. Foi o que eu disse, estava grávida e levei uns oito meses para defender.

SRA: *Só para deixar menos de idas e vinda. Você conheceu o Marcus antes, vocês já namoravam quando decidiu fazer o mestrado na USP?*

AF: Não. Eu decidi e fui morar no primeiro ano na USP. E no começo desse ano ele começou a ir para São Paulo, começou a me paquerar.

SRA: *Ele tinha algum trabalho em São Paulo? Ou ele ia...*

AF: Não, ele ia só aos fins de semana, pois trabalhava durante a semana. Às vezes eu vinha também. E casamos três meses depois do início do namoro.

SRA: *Você me contou uma vez da sua primeira conversa com o Leôncio, quando você ainda nem tinha certeza se faria o mestrado lá.*

AF: É, não tinha certeza, porque não sabia se poderia ir para São Paulo. Foi o Leôncio que me entrevistou.

SRA: *Conte como você foi com a cara e com a coragem.*

AF: Fui fazer a inscrição. Saí daqui do Rio com dinheiro para ir a São Paulo e voltar. Cheguei lá, fiz a inscrição e a moça me falou que as entrevistas seriam no dia seguinte, mas, como não podia ficar até o dia seguinte, ela falou: "então tenta achar o Professor Leôncio". Procurei por ele e o achei na cantina. Perguntei se ele poderia me entrevistar e ele disse: "se você não pode ficar até amanhã, como vai fazer o curso?". E eu falei: "eu não sei se vou fazer, se vou ser aprovada". E ele me entrevistou. Assim como vários colegas meus, eu era muito bem formada e tinha lido muito. Todos os livros que eram importantes de Sociologia, de Ciência Política e de Antropologia já tínhamos lido na faculdade. Só para você ter uma ideia, por exemplo, Poulantzas nós lemos quando foi publicado em francês, e lemos o livro inteiro. Ao final da entrevista, o Leôncio me disse que, na verdade, nem tinha mais vaga. E disse: "mas se você vier, abro uma vaga, te aceito". E eu falei: "ah, então te ligo na semana que vem, porque tenho que ver se meu pai vai poder me sustentar aqui e como vai ser". Ele nem se ofendeu com a minha resposta, tudo isso bem típico do Leôncio depois que o conheci. Ele me deu o telefone da própria casa, liguei e falei que ia. Fui e nos demos superbem, foi excelente até o final do curso. Depois ficamos amigos e fomos colegas também na Unicamp.

SRA: *E como é que foi a conversa com a sua família sobre ir para São Paulo?*

AF: A minha mãe sempre foi muito liberal. Meus pais eram separados e minha mãe era bem tranquila. É impressionante. Ela era de uma família tradicional, casou com 18 anos, começou a trabalhar tarde, enfim. Nem ela, nem ninguém se espantou muito.

SRA: *Combinava com você.*

AF: Acho que sim. Eles achavam que eu ia ficar solteirona, ainda mais começando o mestrado. Já tinham perdido a esperança, eu tinha 23 anos já. Foi engraçado, porque, naquela época, São Paulo era bem mais frio do que hoje e meu tio me deu uma garrafa de uísque para levar. A minha família era bem liberal às vezes.

SRA: *E como foi o nascimento da primeira filha?*

AF: A Camila, que é a minha primeira filha, foi muito esperada. Tive vários acidentes antes de ela nascer. Nós já queríamos dois anos antes, enfim. Ela nasceu finalmente. Antes de ficar grávida, eu tinha dois problemas: engravidar – que eu queria – e acabar a minha dissertação – que estava bem emperrada. Resolvi fazer uma análise. Ia a um psicanalista tradicional, daqueles que só dão alta, quando dão, depois de anos. Mas tinha feito apenas nove meses de análise quando quis parar, porque já tinha acabado a dissertação e já estava grávida. Comecei esquecendo de ir à terapia. Demorou um tempo para discutir o assunto, mas parei. Já tinha resolvido as minhas duas questões.

SRA: *E eram questões que, de alguma maneira, você tem hoje uma leitura de gênero sobre elas serem questões?*

AF: Não, não sei. Para mim, era uma coisa... Queria ser mãe. Não tinha pensado nisso antes, eu não era o tipo de pessoa que ficava sonhando com o casamento, filhos, não sei o que, não era. Acho que antes de conhecer o Marcus, de ficar com ele, me interessava muito mais pelo trabalho, pelo estudo, pela pesquisa...

SRA: *Não era um problema, estava satisfeita consigo.*

AF: Não, estava totalmente satisfeita. E mudei de uma hora para outra. Acho que com o Marcus foi a mesma coisa. Tanto que, por exemplo, a Camila tinha seis meses quando fomos para os Estados Unidos. Nenhum de nós tinha dinheiro de família para ir, fomos com o dinheiro que tínhamos. Nós éramos mestres e ganhávamos bem, o que era uma particularidade da época, muito especificamente daquele período. O fato de ela ter nascido não foi nenhuma razão para mudarmos nenhum plano que tínhamos.

SRA: *Vocês construíam juntos uma estrutura em que aquilo era...*

AF: Bem tranquilo. Tenho que dizer uma coisa: o Marcus era uma pessoa muito tranquila e isso me deixava tranquila. Eu não sou muito tranquila, e era menos ainda, e ele me dava muita segurança para as coisas que fazíamos, definíamos. Tem uma coisa que é minha: as coisas importantes da minha vida eu decido rapidamente, sei para onde vou. Às vezes, fico na dúvida se vou ao supermercado x ou y, mas na hora de decidir se fico no Rio ou volto para São Paulo vou tranquila, não tenho muito problema. Outra coisa que tem a ver, e não estou querendo minimizar, mas relativizar o meu papel como mulher e profissional, é que dei muita sorte, porque o Marcus era

profissional e era muito ligado à casa e às filhas. A mãe dele não acreditava, porque não parecia que ele seria assim. Nós dois mudamos muito quando nos casamos, foi um encontro muito especial. Mas, enfim, ele foi um pai muito presente e participante. Marcus tinha uma maneira de trabalhar muito específica, ele gostava de trabalhar à noite. Tanto que quando estávamos escrevendo nossas dissertações, ele trabalhava à noite e nos encontrávamos pela manhã, tomávamos um café e eu ia trabalhar às sete horas da manhã no escritório que ele tinha trabalhado durante a noite. Nós fazíamos rodízio. Mas quando fomos para Chicago, os dois estudando, tivemos que levar a Camila para uma *baby-sitter* e depois para a escola, que era das 9h às 17h. O Marcus falava: "virei um funcionário público pela primeira vez na vida". Porque tinha que trabalhar das 9h às 17h, e a noite também, pois era óbvio que das 9h às 17h não dava tempo. Mas a Camila sempre dormiu cedo, sete horas da noite ela já estava na cama. Nós a pegávamos às 17h, ficávamos com ela o tempo todo. Por causa disso, quando voltamos e a Joana nasceu, achamos que não devíamos fazer outra coisa com ela, que tínhamos que ser justos com ela. A Joana nunca teve babá. Nós dois cuidamos. Ela ficava na creche, e mais tarde na escola, em horário integral. E eu aconselho assim para todo mundo: deixar na escola e você cuidar. Nós cuidávamos antes e depois da escola. E cuidávamos sábado e domingo também. Fizemos isso com a Joana, o Marcus contribuía, essa era a grande diferença do que ocorria normalmente. Óbvio que eu tinha que reforçar de vez em quando. Minha irmã dizia que o Marcus não tinha muita iniciativa, mas era bem mandado.

SRA: *Nem sei se a gente precisa de cada detalhe, depois vou ver, mas acho que não. Lembro sempre de uma vez que assisti ou li uma entrevista, não sei se foi com a CEO do Yahoo ou do Google, e a entrevistadora perguntava: "qual é a principal escolha de carreira na vida de uma mulher?". E a entrevistada respondia: "se ela vai casar ou não. E se ela decidir que vai casar, com quem". A família é muito boa, mas ela pode atrapalhar tudo ou resolver tudo se você fizer uma escolha ruim ou boa. Sempre que você me conta essas histórias acho que você construiu uma escolha muito boa. E pelo visto o Marcus também, vocês juntos. Porque essa história de se transformar é a história de um encontro em que duas pessoas juntas constroem uma coisa nova e que ninguém fica constrangido no seu modo de ser, um ajuda o outro.*

AF: É verdade. Não era previsível que daríamos certo. Tanto que, quando resolvemos casar, um amigo virou para uma amiga nossa e disse: "pensa no casal mais improvável dentre os nossos amigos" e ela respondeu: "Argelina e Marcus". E nós mal tínhamos namorado, porque eu estava em São Paulo e ele estava aqui [no Rio]. As pessoas achavam que íamos nos separar logo, porque eu e o Marcus éramos muito diferentes.

SRA: *E tinha uma coisa de escolha, efetivamente de escolha. Ele ia te visitar e não havia um problema de você ser uma mulher sempre muito decidida e livre, você tinha uma autonomia. Sua família não se surpreendeu quando você decidiu mudar de cidade; ele, pelo visto, também não. Não se importou, se interessou...*

AF: A minha mãe era muito engraçada. Conto sempre essa história, porque acho realmente incrível em uma pessoa com a criação dela, o tipo de educação que ela teve. Uma vez, combinamos de ir uma turma para Ubatuba onde o Marcus tinha uma casa. Fui de São Paulo com um amigo para lá e o Marcus ia do Rio com outros amigos, porém aconteceu alguma coisa e ele foi só com mais um amigo. Passamos o fim de semana eu e eles três. Quando cheguei em casa, falei com minha mãe: "passei o fim de semana com três rapazes" e ela falou: "ah melhor que um só" (risos). Essa era a cabeça dela, de uma certa ingenuidade também.

SRA: *Algumas coisas que me contou eu ainda não sabia. Por exemplo, gostei muito da sua discussão sobre se o que você fazia era "Brazilian politics" ou política comparada e que "Brazilian politics" era igual*

ao "American politics". Isso é uma demonstração de muita personalidade e altivez intelectual. É que, de toda maneira, você não se adequou.

AF: Eu falei isso para comissão que estava me avaliando. A questão era se eu tinha cumprido todos os requisitos para a qualificação.

SRA: *E que, de certa forma, ela combina com o fato de que em diversas maneiras construiu coisas em que você estava imprimindo uma marca, que era sua e que era da Ciência Política ao mesmo tempo. O seu mestrado, o fato de você olhar para as intervenções sindicais. Pelo menos na USP, isso tinha uma marca nova naquela época, não é?*

AF: Lógico que tinha. Quando voltei a morar aqui no Rio após o mestrado, trabalhava em muitas pesquisas no Iuperj. Uma vez, estava no Iuperj fazendo as tabelas das intervenções, dos sindicatos etc. e o Amaury virou para mim e disse: "nossa, você está fazendo tabela, não está estudando a transição do feudalismo para o capitalismo, não?" (risos). Era típico da divisão que existia entre o Iuperj e a USP. Da divisão não, das diferentes abordagens.

SRA: *Sim, sim, é que as pessoas, às vezes, gostam de contar como divisão, tem toda uma mítica também.*

AF: Empirismo contra a grande teoria.

SRA: *Você acha que foi um jeito de você construir uma articulação entre as suas formações: a UFF, o Iuperj e a USP? E que isso deu um modo de pensar institucionalmente coisas...*

AF: Mais misturadas. Acho que isso tem importância sim, bem lembrado. E depois Chicago também, que foi uma nova e excelente experiência.

SRA: *Quando você fala, sinto que teve dois momentos que foram matrizes da grande formação, que foram a UFF e Chicago. E que tiveram possivelmente uma marca na forma como você entende a relação entre a teoria e uma pesquisa explicativa fortemente empírica.*

AF: Acho que sim, porque não tinha essa distinção. Tinha vários professores meus de Antropologia, por exemplo, que eram pessoas que trabalhavam diretamente no campo. Eles eram bons teóricos, no sentido de que eles faziam teorias importantes para entender uma realidade. É isso que critico quando a pessoa separa o trabalho teórico e o trabalho de pesquisa. O que não quer dizer que não se tenha uma área de teoria política para quem não faz trabalho empírico. Mas não se faz um trabalho de pesquisa, um trabalho empírico, se não há uma teoria. Ou pelo menos ele não tem valor.

SRA: *Você não faz uma teoria explicativa se você não tiver um trabalho empírico.*

AF: Lógico, isso é entender a realidade. A teoria te guia na pesquisa e os resultados são evidências de que a teoria é válida. Nesse ponto, ainda guardo uma coisa que, certamente, é da UFF, bem weberiana. Quer dizer, o trabalho de compreensão implica delimitar a sua lente, porque não tem como pegar todo o universo, observar e selecionar. Uma das lentes é teoricamente formada e, a partir daí, se vai selecionar as partes da realidade que serão analisadas. Aí é mostrar evidências sobre o que a teoria espera que se encontre.

SRA: *Pensando isso em relação a sua tese, como você descreveria a forma como, na construção do objeto da democracia ou reforma, você pensou simultaneamente, juntando todas essas coisas, o material empírico com o qual lidava, a teoria explicativa sobre aquele material empírico, mas acho que tem junto*

uma teoria sobre a explicação. Sobre por que, sobre como não construir uma explicação determinada ex ante sobre a relação entre as instituições, as escolhas dos atores, a relação entre economia e política. Porque acho que uma das coisas interessantes, no qual você tem um diferencial que fez a sua colher específica nesse debate, tem a ver com esse modo rico como coordenou de uma maneira inovadora esses três campos de reflexão. Se você for pensar assim uma parte um pouco metateórica, com uma parte teórico-explicativa e o seu material empírico recortado teoricamente.

AF: Nossa, você está jogando um bolão para mim.

SRA: *É porque esse livro foi muito importante na minha formação em vários momentos, um dia te conto. Mas é isso, de certa maneira a sua tese faz isso.*

AF: É, nem sei. As pessoas leem de várias formas. Tento fazer esses três tipos de pontes. E a coisa de não dar uma explicação *ex ante*, me inspirei em um artigo que o Wanderley publicou há muito tempo na Dados, em que faz uma crítica da interpretação marxista da história na América latina. Muitas vezes o que se faz é imputar *ex post* uma *rationale* à história tal como ocorreu. Eu tinha uma ambição maior do que consegui fazer na minha tese. Pretendia articular melhor os projetos de desenvolvimento econômico que estavam em jogo naquele período com a política, mas não fiz isso. Não fiquei muito frustrada, também, porque acho muito difícil ligar a estrutura com a ação, então segui um atalho. Tomei a estrutura como dada, uma estrutura de constrangimentos e incentivos e tratei da interação entre diversos atores e seus resultados. A forma de apresentar a análise foi por meio de pontos de inflexão que implicam em contrafatuais. Num momento, seria possível ter pouca reforma com democracia; em outro, poderia ter um pouco mais de reforma ainda com democracia. Até que se chega a um momento em que as duas se tornam impossíveis. Em 1961, os reformistas lutam por legalidade, quando chega em 1964, os militares se apossam dessa bandeira, ainda que sem fundamento. Algumas dessas situações nos permitem uma reflexão sobre o que acontece hoje, por mais que não se tenha um paralelo total. Quando defendi minha tese, o Elster me convidou para publicar – ele era o editor de uma série da Cambridge que chamava *Studies on rationality and social change*. Eu fiquei obviamente surpresa. Aceitei de pronto e tivemos uma primeira conversa, mas eu precisava trabalhar bastante ainda. Alguns alunos e o José Antônio, meu irmão, que assistiram a defesa, estávamos conversando e um deles falou: "nossa, ninguém convida o Elster para banca aqui. A primeira foi do John Bowman e ele convidou o John para publicar na Cambridge – e publicou –; a segunda é a sua e ele te convidou para publicar. Vou chamá-lo para a minha banca.". Falei meio brincando: "Mas não basta isso, né?". Ele, de fato, fez isso, mas não foi convidado para publicar. Voltando à minha conversa com o Elster sobre o livro, todos achavam que ele iria querer que eu fizesse uma coisa mais formalizada, de teoria dos jogos, mas ele me desincentivou e indicou a leitura de Trotsky, sobre a Revolução Russa, de Furet e Tocqueville, sobre a revolução francesa etc. E o que aconteceu? Voltei para o Brasil e não comecei a trabalhar na revisão da tese. No ano seguinte, o Elster me convidou para participar de uma pesquisa com ele e esqueci da publicação da tese. Tenho um pouco isso, mudo muito de assunto. Acabei a tese e não tinha vontade de trabalhar mais em cima dela. O John, meu colega, publicou um livro excelente, mas trabalhou mais um ano e meio na tese e eu não estava mais motivada a continuar trabalhando na minha. O Adam [Przeworski] me disse: "Você tem que publicar, como que você faz isso? Se publicar na Cambridge, você pode ganhar emprego em qualquer universidade americana". E falei: "Mas não quero trabalhar aqui, vou voltar para o Brasil. Não quero nem pensar em trabalhar aqui". Enfim, não fiz. Quando publiquei meu livro aqui, pedi a uma pessoa para traduzir – porque tinha escrito em inglês – e outra para rever o português, fiz só a revisão final. Eu agradeço o seu elogio ao meu livro, mas já ouvi de tudo sobre ele, que é uma tese de história descritiva, etc. A última avaliação foi de que minha tese é revisionista, como disse o Aarão Reis reagindo ao Toffoli que atribui a ele a base para renomear o golpe de 1964

como um movimento. Como dizia uma amiga, uma vez publicado o autor não tem mais controle sobre as leituras.

SRA: *Me contaram que fizeram isso com você.*

AF: Fizeram isso comigo. O Raul, um aluno, me perguntou se não iria responder. Eu disse: "Raul, primeiro que o El País pediu uma entrevista ao Reis, porque ele foi citado por um Ministro do STF. O fato de eu ter sido citada pelo Aarão Reis não tem interesse jornalístico nenhum, não vou perder meu tempo". Quando você publica, o texto se torna público e não se tem controle sobre como as pessoas o leem... Eu fico muito lisonjeada com a sua visão. Várias pessoas gostaram muito, mas outras...

SRA: *A minha leitura é ajudada pelo fato de que a primeira vez que te li, li também o Stepan e o Wanderley. Eu tinha um material para captar quais as engrenagens que fizeram cada uma das construções. Ainda pensando nessa questão das engrenagens, do que monta a sua argumentação, se são engrenagens teóricas, se são metodológicas no sentido robusto de metodologia, não só como as técnicas que você usa, mas também como a forma como se desenha o objeto. Vamos passar para um outro grande trabalho do qual você é parte, o "Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional". Gostaria que contasse a história de como chegou a ele e da sua grande parceria com o Fernando (Limongi). Esse trabalho é perfeitamente compatível com o seu modo de pensar de antes, pensando no trabalho das intervenções no sindicato, pensando no trabalho do "Democracia ou Reformas", e ele tem um investimento que, de certa forma, já existia no mestrado. É impressão correta minha, a de que tem um investimento na ideia de instituições? Como você pensa isso?*

AF: Interessante essa visão sua, porque sempre falo que fui tateando os temas que fui estudando. Mas tenho uma preocupação básica e tomei consciência disso quando estava fazendo minha tese. Na verdade, é como se dá a relação política em instituições. Isso ficou mais marcado no livro, inclusive no livro sobre Congresso, porque eu já vinha da experiência da tese. Na experiência da tese, dei mais ênfase aos atores, tomando as instituições um pouco como o campo em que eles atuam e que dão incentivos e oportunidades para atuar em determinada direção ou outra. Mas é a ação individual que determina os resultados, não há um determinismo institucional, isso não tem de maneira nenhuma. Inclusive, quando as pessoas questionam se sou institucionalista, digo que depende. Depende do que a pessoa quer dizer e também do quanto as instituições importam, mas elas não determinam diretamente os resultados. É como se você tivesse a visão mais simplista do marxismo em que a estrutura econômica determina todos os processos políticos, a ação política das classes. Com o papel das instituições é a mesma coisa. Existe um arcabouço institucional no interior do qual os atores interagem, mas são as ações que vão determinar os resultados. Por exemplo, uma crítica grande que faço à literatura sobre presidencialismo, particularmente na visão de Juan Linz e outros, é que a partir da regra que permite o presidente escolher seus ministros, eles supõem que o presidente não terá incentivo para formar coalizões de governo. Por que a instituição presidencialismo determina alguma coisa que está na cabeça do presidente? Ele se vê como superpoderoso? Não. Ele de fato tem essa prerrogativa institucional, mas se não levar em conta fatores políticos, que lhe permitam obter apoio para suas propostas legislativas, não vai ter sucesso no seu governo. Por isso, vai ser forçado a formar coalizão. Quer dizer, se você parte do pressuposto de que os atores têm um objetivo e são racionais, eles vão buscar meios para cumprir esse objetivo, não tem diferença entre primeiro ministro e presidente. Primeiro ministro quer governar e o presidente também, se ambos não têm maioria vão tentar formar coalizões para obter apoio para suas políticas. É nesse sentido que critico o determinismo institucional assim como o econômico. Os atores agem no interior de estruturas econômica e institucionais, mas os resultados dependem da ação.

SRA: *É um jeito delicado de pensar tanto a ideia de instituições quanto a ideia de empiria. Como as duas coisas devem responder ao mundo e são recortes do mundo. A delicadeza como...*

AF: Quando a gente fala de empiria, é uma forma de entender o mundo. A forma de o mundo se organizar de uma determinada maneira e nele os indivíduos atuando, inclusive mudando essas estruturas.

SRA: *E não há determinações absolutas, mas, ao mesmo tempo, as pessoas não existem em branco.*

AF: Não existem em branco e não existem totalmente em vácuos. Se não se atentar para isso, você cai no voluntarismo. Todas as condições que enfrentamos no trabalho cotidiano são questões grandes. Estruturas, determinismo e voluntarismo. É difícil não cair nessas armadilhas.

SRA: *Eu não sei se é a palavra certa, mas exige uma delicadeza. E como foi a história desse projeto, o projeto Congresso – Terra Incógnita?*

AF: Foi meio por acaso a escolha do tema do projeto. Em 1990, fui para o Cebrap a convite do Vilmar Faria, que era o presidente, e do Guillermo O'Donnell, que estava passando um tempo lá. No ano seguinte, O'Donnell falou que o procuraram da Fundação Mellon, porque queriam uma pesquisa sobre Congresso no Brasil. Tempos áureos em que uma fundação procurava uma instituição para financiar uma pesquisa, porque hoje vamos atrás e não conseguimos nada. Ele me perguntou se eu queria fazer o projeto e aceitei. Tive que fazer o projeto em 15 dias, porque ele voltaria para os Estados Unidos e haviam pedido um primeiro *draft*. Foi um projeto sobre um assunto desconhecido para mim e sobre o qual tinha muito pouco escrito. Na verdade, eu tinha lido um artigo quase todo com base em uma entrevista como o José Serra expressando a visão dele sobre o Congresso. Uma visão bem elitista de uma instituição que achava que não funcionava. O projeto propunha pesquisar, com base em dados sistemáticos e não entrevistas, o funcionamento do Congresso, daí o nome Terra Incógnita, sugerido por O´Donnell. O O'Donnell levou para a Mellon e eles aprovaram o que seria na verdade um pré-projeto. Mas o financiamento foi dado imediatamente e o projeto começou. Hoje é inimaginável a dificuldade que tínhamos para obter dados sistemáticos sobre a tramitação de projetos, composição das comissões, votações nominais etc. Tínhamos que pedir a um funcionário do Senado, que mandava as informações impressas em formato de texto. No ano seguinte, o Fernando estava voltando de Chicago, o Adam me avisou – eu conhecia o Fernando do Idesp, mas não muito – e o chamei para participar do projeto. Desde o início, trabalhamos muito bem junto, foi realmente outra sorte que tive – o Fernando como um parceiro intelectual e o Marcus como parceiro afetivo. O tipo de parceria que eu e Fernando tivemos era diferente, por exemplo, nunca fomos de ficar "você faz essa parte e eu faço essa". Começávamos, conversávamos, o outro lia ia modificando sem marcar as alterações, dando mãos de tinta, como o Fernando dizia. Às vezes, tínhamos dúvida de quem tinha escrito uma frase. Uma vez achei uma frase de efeito no meio do texto e falei: "Fernando, gostei dessa frase sua" e ele falou: "mas não fui eu quem escreveu, foi você". Eu achava que era dele, ele achava que era minha. Escrevíamos de fato em conjunto. Durante um bom tempo compartilhamos sala ou tivemos salas contíguas. Depois de um tempo, o tema foi se esgotando, mas eu Fernando ainda temos uma grande afinidade intelectual. Toda vez que nos encontramos ficamos horas conversando. Recentemente, escrevemos um artigo e agora estamos planejando um novo livro, depois de 20 anos do primeiro.

SRA: *O modo como vocês impactaram o debate sobre o Congresso, sobre as relações Executivo e Legislativo, a própria interpretação do que é presidencialismo de coalizão, mudou o debate no Brasil e no*

mundo que debatia o Brasil. Vocês foram altamente inovadores ao desbravar essa terra incógnita. Você podia falar um pouquinho sobre isso? Sei que fiz a pergunta de uma maneira, talvez, um pouco constrangedora pela forma muito elogiosa, mas é isso, qual eram os incômodos que vocês tinham com a forma como aquilo era entendido? E como vocês construíram modos de entender o Congresso mais...

AF: Na verdade, uma das razões, um dos méritos, que nem é nosso, é o fato de que não havia um estudo sistemático mais amplo sobre o Congresso, o nosso foi praticamente o primeiro a entrar no Congresso. O que se dizia sobre o legislativo e os parlamentares, como escrevemos um dia, parava às portas do Congresso. O projeto propunha um estudo baseado em informações sobre as regras formais da atividade legislativa e o comportamento partidário no interior do Congresso. A segunda inovação foi teórica e levou à escolha dessa abordagem empírica. Incomodava o fato de que tudo o que se dizia sobre o comportamento dos parlamentares e de suas relações com o executivo era deduzido de teorias sobre o sistema eleitoral e de governo, não se tratava de inferir o comportamento parlamentar a partir das regras eleitorais, mas ver como de fato se comportavam. Quais as implicações empíricas das teorias sobre o sistema eleitoral e partidário, o presidencialismo e o federalismo? Um congresso composto de 513 parlamentares voltados para os interesses de suas clientelas com as quais o executivo negociava individualmente a partir de barganhas e chantagens. A primeira coisa que fizemos foi dizer que estes estudos faziam inferências sobre o comportamento dos parlamentares e dos partidos no Congresso sem pesquisa que comprovassem suas afirmações. Como falar sobre comportamento sem investigar o que de fato acontecia lá dentro? Mas não era entrar fisicamente no Congresso. Entrevistas com parlamentares e suas declarações em jornais não dizem nada sobre o comportamento parlamentar e o funcionamento do legislativo, mostram apenas as versões dos deputados que são estratégicas.

SRA: *Ainda filtrado pelo que eles acham que devem dizer.*

AF: Em geral, políticos falam o que querem que seja ouvido e nem sempre fazem o que falam. Isto não é necessariamente negativo, é parte do papel deles.

SRA: *E nada mais esperto e inteligente na conversa do que um político capaz de ganhar eleições.*

AF: Um dos objetivos dele é esse. Enfim... Para essa literatura, com presidencialismo, federalismo e sistema proporcional de lista aberta, a previsão é irresponsabilidade por parte do Congresso, obstáculos e conflito com o Executivo. A introdução do "poder terminativo das comissões" na Constituição de 1988, era interpretada como mais um instrumento que aumentaria o poder das comissões e a capacidade de barganha do Congresso com o Executivo. A análise da tramitação das propostas legislativas dos parlamentares e do Executivo e das votações nominais mostrou que a situação era bem diferente da que previam as teorias baseadas nas características dos sistemas de representação e de governo. Mostravam que os poderes que a constituição atribuiu ao Executivo lhe permitia controlar a agenda do legislativo. Por outro lado, as mudanças no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, elaborado por uma elite parlamentar, garantiu poderes aos líderes partidários que lhes permitiam controlar o processo de votação. Criou-se assim um processo altamente centralizado de decisões no qual os líderes dos partidos que faziam parte da coalizão passaram a cooperar com o Executivo na aprovação de seus programas de governo, neutralizando demandas particularistas do chamado "baixo clero". Isso não significa que eles ficaram totalmente excluídos do acesso a políticas que atendiam a seus interesses de suas clientelas, mas que estes ficavam subsumidos aos interesses partidários e do governo do qual participavam. Dessa forma, os parlamentares individuais foram destituídos de seus poderes e, diante de um executivo forte, suas ameaças e "chantagens" não eram críveis. Os líderes assumem assim um papel de coordenação. A alternativa é o apoio aos líderes de seus partidos. O que fica claro nas votações nominais. Já me

alonguei demais e para resumir definimos o que seriam as novas bases institucionais do presidencialismo de coalizão resultando em cooperação entre o executivo e o legislativo e maior capacidade de governo. Deixando claro que isso não significa que o Congresso não tenha um papel ativo na formulação de políticas, tanto por meio de barganhas legítimas, feitas pelos partidos, e consequentemente modificações das propostas do governo. Mais uma vez, ao contrário dos relatos anedóticos sobre a criação frankesteins, estudos recentes têm mostrado que a contribuição do Congresso é relevante e em geral aperfeiçoa as propostas do Executivo. Voltando à questão da inovação, com base no extenso banco de dados analisados, mostramos que o processo legislativo é centralizado e predominantemente partidário e cooperativo, o que leva a maior governabilidade. Quero deixar claro que nosso foco não é a representatividade, mas a capacidade de governar, que era uma das preocupações centrais da literatura e do debate político. O papel dos poderes do presidente e dos líderes e suas consequências no funcionamento do presidencialismo de coalizão tornou-se um consenso na academia e na imprensa e foi a principal contribuição do nosso, meu e do Fernando, estudo. Mas, muitas vezes, somos citados mais pelos dados que apresentamos para mostrar isso, do que pelos argumentos e a teoria que informa nossas demonstrações.

SRA: *É uma história que todos nós conhecemos. Em partes todos conhecemos, mas virou realmente um senso comum, muitas coisas viraram um senso comum e muitas outras saíram do controle. É como você disse: depois que foi publicado... e quando vira senso comum é pior ainda.*

AF: É. Uma vez, estávamos indo de ônibus do hotel para o local de um Congresso da ABCP e o Bresser Pereira sentou do meu lado. Ficamos conversando e ele virou e falou assim: "Ah Argelina, eu gosto muito do seu trabalho e do Fernando, mas só não concordo que o presidente pode fazer o que ele quer". Eu olhei para ele e falei: "E onde que nós escrevemos isso, Bresser? Me mostra" (risos).

SRA: *Eu queria fazer mais uma pergunta sobre as suas parcerias, agora sobre sua parceria afetiva. Falar das suas duas grandes sortes. Uma história que já me contou e que gosto muito, sobre quando você e o Marcus escreveram o livrinho do presidencialismo e do parlamentarismo. Essa é uma ótima história.*

AF: Tenho que falar um pouco do clima da época, não é? Na época do plebiscito de 1993, a grande discussão na política e na academia era em torno da mudança de sistema de governo e da reforma política. Eu e Marcus demos uma entrevista em uma estação de rádio, que saiu como nota em alguma revista, e eles nos apresentaram como um casal de cientistas políticos que discordavam quanto ao melhor sistema de governo para o Brasil, eu achava que era o presidencialismo e o Marcus o parlamentarismo. Danda Prado, editora da Brasiliense, nos ligou propondo escrever um livro para explicar o funcionamento do parlamentarismo e do presidencialismo. Ela dizia que ficaria um livro isento, porque não íamos deixar um ou o outro errar na descrição dos sistemas de governo. Nós fizemos assim: tínhamos que entregar no final de janeiro, pois o plebiscito seria em março, nós tínhamos um mês para escrever. E como que nós fizemos? As meninas foram de férias com a minha irmã e minha mãe e nós dois ficamos escrevendo em turnos. O Marcos escrevia de noite, passava para mim que escrevia de dia. No final da tarde eu passava para ele e assim fomos. Conseguimos terminar, mas a revisão foi um sufoco. Era carnaval, e estávamos em Ilhabela, já com as meninas, e quando o pessoal da Brasiliense ligava para tirar alguma dúvida era uma dificuldade com os telefones da época. A edição foi de 3 mil cópias e esgotou antes do plebiscito. Tudo sobre o assunto vendia como banana. Tenho muita vontade de revisá-lo e ampliá-lo para fazer um livro introdutório, que servisse para a graduação ou mesmo para a pós-graduação, sobre funcionamento dos sistemas de governo, principalmente de governos multipartidários, com exemplos históricos etc. Enfim, fazer algo inspirado naquele livro, porém mais aprofundado.

SRA: *Gosto dessa história, porque acho que mostra, do mesmo jeito que as histórias das meninas mostra, um tipo de parceria. E que tem tudo a ver com o tema desse projeto, em que, um dos motes do projeto é a questão de como ser mulher impacta a carreira nesse nosso mundo do trabalho. Como você vê isso na sua vida? Ou na vida em geral?*

AF: Não acho que a carreira teve impacto na minha vida pessoal, ou melhor, não teve impacto negativo. As minhas filhas não sentem exatamente isso, quer dizer, dedicava relativamente pouco tempo, mas não parece ter deixado marcas. É chavão dizer que era um tempo de qualidade, mas de fato eu era bem mãe, supermãe, superprotetora. Minhas duas filhas são profissionais, bem sucedidas, que também vivem bem o papel de mãe, se fazendo presente e dando muita proteção e carinho. Se divertem muito com as filhas. Tenho duas filhas e quatro netas, família de mulheres. Nosso grupo de *whatsapp* chama "casa das sete mulheres". Tenho amigas que falavam assim: "ah, na nossa época, a gente largava os filhos. Parei de amamentar para ir a um Congresso", comparando às meninas de hoje que são muito mais mães e que não fariam isso. E eu ia a congressos. Um compromisso anual da minha mãe era ficar com as meninas para eu ir à Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais]. Mas tínhamos uma vida familiar bem regular, jantares juntos, café da manhã comigo (o Marcus acordava tarde), nós nos revezávamos para levar e pegar na escola, e nunca vimos esse trabalho como uma carga. Gostávamos de ser pai e mãe. Uma coisa é certa, a parceria com o Marcus foi fundamental para isso. Certamente minha vida seria mais difícil se tivesse um marido ausente. O fato de ele ser da mesma área facilitou pela liberdade de horário que tínhamos, mas também poderia ter dificultado, poderíamos ter tido conflitos entre nós, competição e coisas do gênero. Só que nunca sentimos isso. Certamente, minha vida familiar não teve impacto na minha carreira, porque foi uma carreira contínua, nunca parei. Por exemplo, trabalhei até o nono mês da gravidez da minha primeira filha, Camila. Na da segunda, foi a mesma coisa. A Joana nasceu dia 7 de dezembro e eu tinha que apresentar o projeto para a Ford em fevereiro, ou seja, tinha janeiro e fevereiro para escrever o projeto para ganhar um *grant*. Eu amamentava e como fazia? Em dezembro fiquei por conta dela, comecei mesmo em janeiro e ainda tinha a Camila muito ciumenta com a Joana, porque tinha cinco anos de filha única... Amamentava a Joana, saía durante três horas, ficava trabalhando na sala do Marcus no Iuperj enquanto ele ficava com as meninas e voltava. Ele tinha muito jeito para cuidar de bebê. Quando a Camila nasceu, na verdade, ele tinha mais jeito do que eu. Inclusive não deixava dar remédio para dor de barriga. Quando a Camila sentia dor de barriga e ele estava trabalhando, eu ligava: "Marcus, vem senão vou dar remédio" e ele falava: "não, espera aí que já estou indo" (risos). Enfim, teve o nascimento da Joana, eu estava escrevendo esse projeto e depois, quando o projeto começou, ela já estava maiorzinha, já podia ir para a pracinha – porque até dois meses você pode dar banho de sol na varanda, na janela, mas depois tem que passear e tal. Fiquei durante três meses com uma moça que era babá do filho de uma amiga minha que ia para a escola de manhã. Ela ficava duas horas, duas horas e meia com a Joana, passeava enquanto eu trabalhava. Depois eu arrumava a Joana, fazia tudo, botava para dormir e trabalhava de novo. Foi uma coisa que nunca me atrapalhou. Nunca deixei de trabalhar por causa delas, mas também nunca deixei de cuidar.

SRA: *Você era integral nos dois?*

AF: Mais ou menos. Não dá para ser, mas a gente se esforça.

SRA: *Quer dizer, você estava inteira nos dois. Inteira na profissão e inteira na família.*

AF: Inteira nos dois. Não vou dizer que de vez em quando não tinha uns altos e baixos em um ou em outro. Às vezes você fica impaciente, às vezes fica de saco cheio do trabalho, às vezes as duas coisas,

fica de saco cheio de um e de outro. Mas de uma maneira geral dava para conciliar. Agora, como disse, tive sorte, fui uma esposa e mãe muito ajudada por um homem, que não era machista.

SRA: *Que não se importava com a sua independência desde o início. O momento fundador era o momento em que você já era independente.*

AF: Nem com a independência, nem com o fato de que ele tinha que participar. Não vou dizer que era assim, totalmente espontâneo. A minha irmã falava: "O Marcus muitas vezes não toma a iniciativa, mas é bem mandado".

SRA: *E vocês estiveram trabalhando em cidades diferentes em momentos importantes das meninas e das pesquisas e atividades profissionais de vocês. Isso é uma coisa incrível, poucas pessoas conseguem articular isso.*

AF: Mas também por outro lado, isso ajuda. Uma vez, encontrei uma amiga que não via há muito tempo e, conversando, contei que o Marcus ficou um tempo vindo para cá, porque voltou aqui para o Iuperj em 1992, mas nós, a família, só viemos em 1999 e que, pelo menos, dois dias na semana ele passava aqui. Depois, de 1999 até 2004, eu fiquei no Cebrap e tinha que ficar lá de terça até sexta. Aí ela falou: "Ah! Por isso que vocês não separaram". Se você tem confiança e tem independência dos dois lados, tudo fica mais fácil.

SRA: *Confiança, independência, cumplicidade. E acho que, talvez, isso de estar inteiros nos dois lugares faz funcionar, porque dá confiança.*

AF: E Marcus era muito assim com as meninas. Uma vez ele me contou que estava levando as meninas para o colégio e que, às vezes, o chamavam de mãe. Ele adorava. E o Marcus raramente trabalhava quando estávamos de férias ou em feriado ou fim de semana, e eu não. Quando íamos para a fazenda da minha irmã, muitas vezes eu trabalhava e o Marcus ficava mais com as meninas. Teve um certo dia em que estávamos juntos com a família do meu irmão, e ele e a esposa eram um padrão bem típico de casal, a mulher vê as coisas dos filhos e o homem só brinca. Aí, o Marcus estava servindo as meninas na hora do almoço e meu sobrinho perguntou: "Mãe, porque que o Marcus que é a mãe?" (risos).

SRA: *É ótima essa frase. Mas voltando para a especificidade da condição de mulher. Uma parte dela, e isso é porque falamos mais, possivelmente, porque é, na sua versão, muito agradável, baseada em uma experiência agradável. Mas tem outra parte que não diz respeito a dupla jornada e a questão da família, mas de como somos enxergadas e colocadas em papéis, nem sempre voluntariamente. Provavelmente, dada a experiência familiar feliz, a questão de gênero no seu caso, ela parece ter sido mais forte nessa outra área, que não é a área das pessoas do nosso círculo íntimo, mas que é a área do mar aberto da sociedade. Como você pensa que isso foi, ou as expectativas do mundo e como isso causa impacto? Em várias coisas, desde a divisão mais simples de tarefas no ambiente de trabalho aos modos como somos recebidas, com gentileza ou com agressividade.*

AF: Não tive nenhuma situação que considere muito constrangedora no trabalho pelo fato de ser mulher. Mas acho que há tratamento diferenciado sim. Por exemplo, quando uma pessoa estabelecida, reconhecida, tem que escolher entre duas pessoas iguais, em geral prefere o homem. Às vezes, mesmo um pouco pior. Já tive, pelo menos, um caso assim. Já aconteceu também com um jornalista que, citando conteúdo de trabalho meu e do Fernando (Limongi), só se refere a ele. Em trabalhos acadêmicos, isso só aconteceu uma vez recentemente. Uma aluna de doutorado me falou que em uma resenha sobre estudos legislativo, meu nome só aparece na bibliografia e o do

Fernando aparece em todo o texto ao tratar do nosso trabalho. Inclusive atribui o projeto "Terra Incógnita" ao Fernando, quando fui eu quem convidou o Fernando para participar do projeto, o que foi o início da nossa parceria. Neste caso, o autor me parece alguém bem imaturo e certamente mal informado. Ele nem leu tudo o que deveria ler, porque eu e Fernando escrevemos um artigo em um livro organizado pelo Adrian Lavalle, no qual contávamos o início dessa pesquisa. A aluna que me passou o artigo achava que era por eu ser mulher. É também falta de informação e de cuidado, o que, na nossa profissão, pode ser fatal; mas não deixa de ser um traço machista: na falta de informação, o mérito provavelmente é do homem. A Ciência política é a área mais masculina das Ciências Sociais. Seja por uma ou por outra razão, não é um bom começo para uma aspirante a cientista política.

SRA: *É uma área mais masculina quantitativamente, mas é incrível como tem mulheres de uma enorme projeção.*

AF: Tem, tem bastante. Inclusive, quando um pesquisador americano, John Huber, veio participar da ABCP, quando a Maria Hermínia Tavares de Almeida era presidente e a Sônia Draibe secretária executiva, ele ficou impressionado com a quantidade de mulheres em cargos de direção na Ciência Política. E tem, hoje tem muitas mulheres na Ciência Política. Mas é uma coisa a partir da minha geração, porque na geração anterior os homens dominavam os postos de comando. Se você considerar a geração do Wanderley, do Fábio Wanderley tinha menos mulheres.

SRA: *Você se lembra de alguma?*

AF: Lembro, mas temo falhas da minha memória. Por isso, destaco apenas uma: Maria do Carmo Campello de Souza. Hoje, a presença de mulheres não só em cargos de direção, como notamos acima, mas também com projeção intelectual de fato cresceu. Nunca senti uma discriminação pelo fato de ser mulher. E não posso reclamar do reconhecimento que tive de colegas e estudantes. Mas, certamente, poderia ter tido algumas oportunidades, ou alguns convites que não ocorreram ou que foram para um colega. Sem ter nada a ver com discriminação de gênero, tenho uma característica pessoal que teve efeito sobre minhas oportunidades e até sobre a carreira, talvez: sou muito tímida. E sinto que não é um traço positivo para a vida profissional.

SRA: *Em relação ao financiamento, as pesquisas, as oportunidades que você teve, você tem uma trajetória muito especial, não é?*

AF: Nunca tive problema de financiamento. No primeiro edital de projeto temático que a Fapesp anunciou consegui o financiamento. Foi um projeto sobre Justiça Local, coordenado pelo John Elster, reunindo pesquisadores de cinco países: Estados Unidos, França, Alemanha, Suécia e o Brasil. O edital foi bem competitivo, com nomes importantes. Eu era uma recém-doutora, tinha acabado o doutorado em 1987 e estávamos em 1991. Fui também coordenadora do primeiro edital para a formação dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão [Cepids], para a criação do Centro de Estudo da Metrópole [CEM] no Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento]. Ocupei de 2001 a 2004 a diretoria do CEM, do qual participavam instituições como a FAO [Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação], o Seade [Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos] e o Sesc [Serviço Social do Comércio]. A pesquisa desenvolvida compreendia projetos em diferentes áreas tais como, saúde e educação, religião, trabalho, cultura associativismo e participação política e eleitoral. Para a realização dessas pesquisas, foi montada uma estrutura de coleta de informações e organização de bancos de dados inéditos e completos sobre a RMSP [Região Metropolitana de São Paulo]. A dotação era uma quantia astronômica para as Ciências Sociais, cerca de cinco milhões de reais para quatro anos. Isso nos permitiu montar uma estrutura sólida para a realização de

pesquisas. O CEM se consolidou sob a direção de dois ex-orientandos meus: Eduardo Marques e Marta Arretche, que a tornaram uma instituição de excelência na área.

SRA: *Isso você pediu no Cebrap?*

AF: O Cepid [Centro de Pesquisa, inovação e Difusão] sim, eu já estava aposentada da Unicamp, mas o projeto temático eu ainda estava na Unicamp. Participei da elaboração do projeto, como diretora científica do Cebrap, contando com a valiosa ajuda do Eduardo Marques e o Haroldo Torres, mais familiarizados com o tema urbano e com as técnicas de georeferenciamento a serem utilizada na pesquisa. Antes de assumir a coordenação do CEM, eu coordenava um segundo projeto temático com financiamento da Fapesp, "Instituições, Padrões de Interação Executivo-Legislativo e Capacidade Governativa", que começou em 1996, quando terminou o anterior sobre Justiça Local e o financiamento da Mellon. Quando assumi a coordenação do CEM, o Fernando passou a coordenar o projeto temático, que conta até hoje com recursos da Fapesp e do qual ainda participo. Ou seja, nunca tive problemas de financiamento. As instituições nunca me discriminaram (risos).

SRA: *É, eu imagino que teria sido mais nas pequenas coisas.*

AF: Pequenas coisas. Não tive nenhuma experiência muito importante com discriminação.

SRA: *Essas pequenas coisas que são importantes na junção e no agregado. Eu nunca peguei esse tipo de exemplo, teria para você, mas no meu caso, às vezes, quando falo privado, as pessoas entendem que estou falando de família, quando na verdade não faz o menor sentido em ser família, quando só poderia ser mercado. E eu fico "porque eu sou mulher estão achando que é família", porque abandona a lógica. E o fato de eu ser mulher, às vezes é tão forte... E sou uma pessoa impositiva, raramente acontecem coisas comigo. E o fato de eu ser mulher é tão forte que, às vezes, falo privado e as pessoas pensam que eu estou falando de família, quando na verdade não faz o menor sentido em ser família, quando só poderia ser mercado. É, existem essas pequenas coisas, que você precisa estar muito atenta para perceber.*

AF: Não sou muito atenta para isso, para falar a verdade. Para o jeito de falar. Nunca fui feminista militante. Acho que me impus como mulher na prática: uma feminista entre aspas. Lembro que uma vez eu e Marcus estávamos com um amigo e falei algo que esse amigo identificou como feminismo e então disse: "Ah, Argelina, não seja tão feminista assim não, porque isso acaba com o casamento. E vocês se dão tão bem!" (risos). Eu me contrapunha sempre aos laivos machistas do Marcus, mas não era rígida. Na divisão do trabalho, por exemplo, as pessoas que perguntavam, principalmente quando a gente estava em Chicago, se o Marcus cozinhava. Ele não gostava de cozinhar. Elas logo faziam aquela cara tipo "esse aí é machão". Eu o defendia, pois em compensação ele lavava as fraldas da Camila – ficava vendo televisão e dobrando cerca de 100 fraldas, dobrava no formato complicado de fraldas de meninas –, lavava a louça, coisas que eu não poderia fazer de jeito nenhum, eu gostava de cozinhar. Acho que essa visão é meio convencional, até meio machista também, porque cozinhar é a única parte boa, criativa do trabalho doméstico.

SRA: *Você foi para a Unicamp, em parte, pela Maria Hermínia, que te chamou pela área de políticas públicas.*

AF: É, por causa de um artigo meu da Dados que era política social nos EUA.

SRA: *E depois você tem um artigo também, na Lua Nova, sobre política social e concepções de justiça, né?*

AF: Isso, tenho. E tinha também um artigo que saiu na coletânea da Anpocs sobre política social na Argentina, sobre o Perón, que também trabalhei lá em Chicago. O da Lua Nova foi quando eu já estava em Campinas.

SRA: *Ainda que políticas públicas não tenha sido sua área de concentração mais importante, você tem grandes relações com a área. Podemos falar sobre seus...*

AF: Além desses trabalhos, fiz um artigo com o Marcus que, na verdade, é muito interessante. É sobre a avaliação de política pública. Ele é de 1986 e fizemos rapidinho, porque conversávamos muito sobre o assunto. Algumas pessoas dizem que é uma referência para a área de políticas públicas para quem é das diferentes áreas específicas como saúde, educação... É um artigo metodológico sobre avaliação política e avaliação de políticas públicas. Quando estava em Chicago, uma das áreas que tinha que cumprir para os exames era teoria política. O *paper* que fiz foi uma discussão sobre justiça e igualdade. O Brian Barry avaliou o artigo e o cumprimento dos meus requisitos nesta área. No departamento de política de Chicago, você poderia optar fazer os exames por meio de três *papers*, o que eles chamam de *option two*, em vez do exame convencional. Esse artigo com o Marcus, e o da Lua Nova depois, foi uma tentativa de juntar uma avaliação política a avaliação da eficácia, efetividade ou eficiência de políticas públicas. A avaliação empírica da política pública deve cumprir etapas que implicam em diferentes metodologias. Fizemos um quadro resumido da metodologia muito útil para quem trabalha na área. O artigo virou uma referência. O Charles Pessanha dizia que era um artigo muito citado. Mas eu nunca prestei muita atenção para esses índices de citação. No Nepp, depois que a Maria Hermínia saiu, eu, o Vilmar, a Sônia Draibe éramos um grupo com orientação comum. No doutorado, que na Unicamp era em Ciências Sociais, com uma área de políticas públicas, procurávamos juntar a análise da política, a Ciência Política, com análise de políticas públicas. A área de política pública é muito especializada por temas de educação, saúde, habitação etc. É, muitas vezes, tematizada, sem uma abordagem analítica, teórica ou metodológica. Nos Estados Unidos é assim também, muito compartimentalizado. Os artigos que publiquei aqui, sobre política social na Argentina e nos Estados Unidos, tiveram origem em trabalhos que fiz em Chicago. O trabalho sobre os Estados Unidos foi um *paper* baseado em uma pesquisa empírica para cumprir um dos requisitos para a qualificação e deveria ser defendido perante uma banca. O "orientador" foi o Ira Katznelson e o outro professor que participou da banca, um especialista sobre sindicatos, David Greenston. Meu *paper* era sobre a posição da *American Federation of Labor*, desde a sua criação no século XIX, e o da *Congress of Industrial Organization*, durante o *New Deal*, sobre o papel do Estado no provimento de benefícios sociais, tema que se tornou fundamental com o *New Deal*. Nos dois *papers* sobre sindicatos, eu retomava, de certa forma, o tema da minha dissertação, tema que nos anos 70 tinha muito prestígio, dava *status*. Lembro que meu irmão, Zairo, fazendo graduação em Ciência Sociais, dizia "minha irmã estuda sindicalismo", para se gabar. Não era totalmente exato, mas tinha a ver. Se esses dois artigos propiciaram minha entrada no Nepp, lá me voltei mais para o estudo de política social no Brasil, mas com foco mais específico no formato, funcionamento e resultados dessas políticas. Tivemos vários financiamentos da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] e de alguns órgãos estaduais para o estudo de políticas estaduais. O Nepp passou a atuar ativamente na Anpocs e fui uma das criadoras do GT [Grupo de Trabalho] de Políticas Públicas e uma das primeiras coordenadoras nos anos 80.

SRA: *E você teve alguns grandes orientandos na área.*

AF: Sim, todos eles deram importantes contribuições para a área nas universidades que passaram a atuar. Sou muito orgulhosa dos meus orientandos. Na verdade, já tenho neta na área: tenho uma

orientanda de doutorado, a Renata Bichir, que no mestrado foi orientada por um orientando, o Eduardo Marques.

SRA: *É um longo impacto de formação em muitas pessoas que trabalharam com você na Unicamp, no Cebrap... Acho que está dando mais ou menos no seu horário e eu queria fazer uma última pergunta. Queria saber um pouco como você vê o momento atual da Ciência Política no Brasil e o futuro. Coisas boas em que avançamos e coisas boas que precisamos atingir.*

AF: Nossa, essa é uma pergunta que pode levar meia hora, mas de qualquer maneira... Resumindo, acho que avançamos bastante em várias áreas de conhecimento. Destaco a área de instituições políticas, uma tradição do pensamento político brasileiro, com o estudo sistemático do legislativo, executivo e o judiciário, dos partidos políticos e sistemas eleitorais. A área de relações internacionais teve uma enorme expansão refletindo a importância que a política externa e a organização globalizada do mundo adquiriram atualmente. Temos que reconhecer que os trabalhos de Ciência Política avançaram muito no aspecto metodológico e no treinamento de técnicas de pesquisa, especialmente quantitativas. Estudos qualitativos, frequentemente menos rigorosos no que diz respeito a procedimentos, deram também passos significativos. As áreas de teoria política e de pensamento político também avançaram. Enfim, o volume e a qualidade da produção na Ciência Política está aumentando em todas as áreas. Minha preocupação, como falei naquela palestra na semana discente na USP, é que muitas vezes o encantamento com os dados e a técnica está levando à perda de atenção de questões substantivas relevantes para orientar as pesquisas, assim como de rigor na operacionalização de conceitos. Existem também problemas de teoria... não se define claramente a teoria que informa a pesquisa que está sendo feita. Mas isso não é uma jabuticaba, não é só no Brasil que acontece, mas em vários outros lugares. É como usar canhão para matar formiga. Problema pequeno, técnicas sofisticadas. Muitas vezes, as discussões sobre os resultados de uma pesquisa revolvem sobre firulas das técnicas utilizadas, sem analisar o *input*. Ou seja, a variável de fato mede o fenômeno que se quer medir? O desenho da pesquisa é adequado para o problema que se quer analisar? De que forma sua pesquisa contribui para o avanço do conhecimento na área? Enfim, qual a relevância teórica e política do seu trabalho? Em parte, isso é um fenômeno do avanço da ciência, da chamada ciência normal. Isto está acontecendo no geral, principalmente nos Estados Unidos, e está transbordando para cá. Acho que é isso.

SRA: *Muito obrigada, eu acho que ficou ótimo.*

AF: Eu que devo agradecer por suas estimulantes perguntas e à ABCP, pela deferência. É uma honra participar deste projeto.